CASA DO ARTESANATO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL: CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM LARANJEIRAS (SE)[1]

Janaina Cardoso de Mello
Professora Doutora da Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: janainamello@uol.com.br.

RESUMO

O artigo orbita pela problematização das políticas públicas para a cultura no município de Laranjeiras (SE) a partir do estudo de caso da relação dos artesãos locais com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral. Sendo um local pensado para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial e ao mesmo tempo potencializar o exercício de uma Economia da Cultura que possa propiciar autonomia e valorização das peças e seus produtores, busca-se identificar os sucessos e tensões nesse espaço. Como metodologia de trabalho optou-se pela história oral com os artesãos, além da análise do Plano Municipal de Cultura (2013-2022) e de dados publicados na mídia impressa e digital.

PALAVRAS-CHAVE: *Artesanato. Patrimônio Imaterial. Economia da Cultura.*

ABSTRACT

The article orbit by the questioning of public policies for culture in the municipality of Laranjeiras (SE) from case study of the relationship of local artisans with the Casa de Artesanato José Monteiro Sobral. Being a location thought to ensure the safeguarding of the intangible heritage and at the same time enhances the exercise of an economy of culture which can provide autonomy and development of parts and their producers, seeking to identify the successes and tensions in this space. As a work methodology has been chosen by the oral history with artisans, in addition to the analysis of Municipal Cultural Plan (2013-2022) and of data published in the printed and digital media.

KEYWORDS: *Crafts. Intangible Heritage. Economy of culture*

1. Trabalho submetido em 04/08/17 e aprovado em 27/11/17. Para citar este artigo: MELLO, J. C. de. Casa do Artesanato José Monteiro Sobral: cultura e política pública em Laranjeiras (SE). **Cadernos de Estudos Sociais,** Recife, v.32, n. 1, p. 63-85, jan/jul de 2017. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

RESUMEN

El artículo orbita la problematización de políticas públicas para la cultura en el municipio de Laranjeiras (SE) del estudio de caso de la relación de artesanos locales con la casa de artesanía José Monteiro Sobral. Ser un lugar pensado para asegurar la salvaguardia del patrimonio inmaterial y al mismo tiempo potenciar el ejercicio de una economía cultural que pueda propiciar la autonomía y la apreciación de las partes y sus productores, busca identificar los éxitos y tensiones en ese espacio. Como metodología de trabajo se optó por la historia oral con los artesanos, además del análisis del Plan Municipal de Cultura (2013-2022) y de los datos publicados en los medios impresos y digitales.

PALABRAS-CLAVE: *Artesanía. Patrimonio intangible. Economía de la cultura.*

INTRODUÇÃO

Laranjeiras é um município do estado de Sergipe com uma população de aproximadamente 28.533 pessoas, distribuídas em uma área de 162,280 km², situada no litoral do estado – mais precisamente, na mesorregião do Leste Sergipano e microrregião do Baixo Cotinguiba (IBGE, 2014).

Nessa terra de manifestações culturais plurais de matrizes africanas, indígenas e lusitanas, destacam-se no âmbito do patrimônio imaterial as manifestações populares, tais como as Taieiras, o Cacumbi e o Cacumbi mirim, o São Gonçalo do Amarante, a Chegança, o Samba de Parelha, o Lambe-sujo e os Caboclinhos (ALENCAR, 2003).

Pelas ruas oitocentistas, ornamentadas pelos antigos casarões, igrejas e museus reformados pela parceria entre os governos municipal, estadual e federal via **Programa Monumenta** do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), transitam artistas dos folguedos locais, estudantes da universidade federal instalada no antigo quarteirão dos Trapiches, políticos, trabalhadores do comércio, funcionários públicos, pescadores e marisqueiras, além de representantes da comunidade quilombola da Mussuca.

Nesse contingente também se encontram artesãos e artesãs de renda irlandesa, peças em cerâmica e entalhadas em madeira, dentre outros fazeres que se imiscuem de criatividade e tradições culturais.

As origens da comercialização do artesanato local remontam ao ano de 1975, quando o então prefeito José Monteiro Sobral e sua esposa Ione Sobral decidiram realizar uma quermesse para arrecadar fundos para a população pobre da cidade.

> A quermesse foi uma boa oportunidade para mostrar a força da cultura local. Para isso, foram realizadas exposições, **vendas de artesanato** e comidas típicas da região além de apresentação de grupos folclóricos. A partir do sucesso dessa quermesse, surgiu a ideia do Encontro de Laranjeiras, desenvolvida pela assessoria cultural da Prefeitura da cidade junto ao Conselho Estadual de Cultura. Depois de ampla discussão sobre o assunto, ficou acordado que o Encontro seria baseado em três pilares: pesquisa, estudo e divulgação do folclore sergipano (ANDRADE, 2012, grifo nosso).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o artesanato se destaca como uma das principais atividades culturais presentes nos municípios brasileiros. Nesse setor, o bordado é o produto artesanal mais representativo, encontrando-se em 75,4% das cidades, seguido das atividades com madeira (39,7%) e artesanato com argila (21,5%) (IBGE, 2008).

Erguido no século XIX para armazenar o algodão, os escravos e a produção açucareira, além de servir como entreposto entre Recife e Salvador, temos o prédio do atual Centro de Tradições, localizado no centro histórico do município, que foi a base dos artesãos e artesãs locais até a inauguração, em 06 de janeiro de 2011, da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral.

Houve por parte da prefeitura de Laranjeiras, na gestão de Maria Ione Macedo Sobral, um investimento de mais de R$200 mil na Casa do Artesanato e segundo Irineu Fontes, secretário de cultura na época,

> A Prefeitura está dando aos artesãos de Laranjeiras mais uma oportunidade para que eles trabalhem neste novo espaço bonito e moderno e possam ter um ponto de referência para que os turistas que visitam a nossa cidade conheçam a confecção do trabalho e o valorize sempre mais. Se for o caso, a negociação é feita ali mesmo (*apud* BARETA, 2011).

Na Casa de Artesanato de Laranjeiras, há um duplo movimento no qual as rendeiras produzem, diante do turista/consumidor, as mesmas peças comercializadas no espaço, de forma que os visitantes acompanham o ofício dos produtos que estão comprando. Assim, além de promover a sustentabilidade local, o hábito torna familiar ao turista/consumidor o tradicional modo de fazer da renda irlandesa que já existe, em Laranjeiras, há muitos anos.

A divulgação dos trabalhos artesanais fora de Sergipe ainda se mostra incipiente, promovida principalmente pelos *stands* da Prefeitura Municipal em feiras de turismo. Mesmo as realizações dessas feiras ainda são concentradas

e eventuais: nos últimos três anos, cerca de oito eventos de caráter nacional, todos no eixo Sul-Sudeste, contaram com *stands* de Laranjeiras. Quando se pensa em feiras na própria região Nordeste, essas tendem a se realizar em Salvador (BA) ou em Recife (PE), mantendo a centralidade de determinados espaços como difusores da cultura numa região formada por nove estados.

O objetivo deste artigo orbita pela problematização das políticas públicas para a cultura no município de Laranjeiras a partir do estudo de caso da relação dos artesãos locais com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral. Busca-se identificar os sucessos e tensões desse espaço que foi pensado para garantir a salvaguarda do patrimônio imaterial e, ao mesmo tempo, potencializar o exercício de uma Economia da Cultura que possa propiciar autonomia e valorização das peças e seus produtores.

Como metodologia de trabalho optou-se pela história oral com os artesãos, além da análise do Plano Municipal de Cultura (2013-2022) e de dados publicados na mídia impressa e digital.

Compreende-se neste artigo que a fonte oral oriunda da reminiscência pessoal, específica das histórias de vida dos informantes, não se constitui como uma tradição transmitida de geração para geração (que requer tempo, esforço mental e formas elaboradas de manter os dados com um propósito) (PRINS, 1992, p.172-173).

Assim, as reminiscências no bojo da oralidade como "evidência" reconstroem os particulares triviais e cotidianos das vidas das pessoas comuns, de modo que:

> Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada (THOMPSON, 2002, p.146-147).

No que diz respeito às entrevistas realizadas, essas focaram dois tipos de artesanato produzidos e comercializados na Casa do Artesanato, a saber: a renda irlandesa e a escultura em madeira, por serem ambas reconhecidos institucionalmente em seu "modo de fazer" como patrimônio imaterial.

As entrevistas foram realizadas na própria Casa do Artesanato, gravadas em MP3 com duração de aproximadamente 60' cada. As questões semiestruturadas foram depois transcritas, sendo realizada uma interpretação crítica e comparativa com as demais fontes escritas.

MODOS DE FAZER O ARTESANATO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA DA CULTURA

O artesanato de Laranjeiras possui destaque em mercados fora da territorialidade sergipana, sendo encomendado e exportado para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras nacionais e internacionais. Desse modo, produtos como a renda irlandesa, o bordado redendê, o fuxico, o *patchwork*, os imãs de geladeira e os chinelos customizados, as pinturas em tecido do artista Djenal Silva, as esculturas em madeira do entalhador Ademar Lima (Demar) e as miniaturas das igrejas da cidade em argila e verniz cruzam as margens do rio Cotinguiba incentivados por uma consistente política pública desenvolvida pela prefeitura entre os anos 2009 e 2013.

Figuras 1 e 2 – Inauguração da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral e Venda de camisas pintadas com mestres dos grupos de folguedos de Laranjeiras.





Fonte: http://kokalaranjeiras.blogspot.com.br/2011/01/prefeita-inaugura-casa-do-artesanato.html, Acesso em: 02/03/2015.

Já não é mais possível, na contemporaneidade, falar de arte e tradição cultural sem a compreensão de suas dimensões políticas e econômicas. Todavia, maiores investimentos e visibilidade são obtidos na comercialização de bens simbólicos produzidos pela indústria cultural em forma de livros, filmes, músicas e vídeos aliando cultura às tecnologias digitais para dispositivos móveis (BARBALHO, 2013, p.6).

Diferentemente de objetos meramente utilitários produzidos em larga escala por máquinas do setor fabril como celulares, carros e eletrodomésticos, o artesanato possui um valor simbólico agregado pela exclusividade de formas que, feitas manualmente, não se repetem de peça para peça,

conferindo-lhe traços característicos da sensibilidade e humanização artesã. Além disso, as técnicas e o "modo de fazer" impregnado pela historicidade de vida do produtor, do local onde vive e de onde emanam suas referências também conferem distinção e originalidade ao produto.

> Os referidos bens culturais possuem valor diferenciado a partir de componentes simbólicos e, assim, são bens de dupla face: por um lado são bens econômicos e tradicionais, dado que geram renda, emprego e elementos multiplicadores no seu processo produtivo; por outro lado, ainda que não sejam bens públicos de livre acesso, carregam em si uma carga de valor cultural que implica em validação dos mesmos como bens de mérito intrínseco, devendo essa faceta também ser contemplada no processo de valoração do mesmo (VALIATI, 2009, p.51-52).

Conceitos como "Economia da Cultura" ou "Economia Criativa"[2] cada vez mais têm se tornado protagonistas na elaboração de Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Federal, uma vez que para o Ministério de Cultura brasileiro, essa área:

> Compreende as dinâmicas dos ciclos de criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção e riqueza cultural, econômica e social (MINC, 2012 *apud* BARBALHO, 2013, p.7).

Apesar da presença das fábricas de cimento Votorantim (1975) e de fertilizantes nitrogenados (1982) vinculadas à Petrobrás na atualidade, há um expressivo contingente de profissionais liberais na cidade de Laranjeiras dedicados aos ofícios de bordadeiras, costureiras, rendeiras, aderecistas e outras profissões ligadas à Economia da Cultura. O Plano Municipal de Cultura (2013-2022) afirma que:

2. Segundo Reis (2015, p.1): "O conceito de economia criativa origina-se do termo indústrias criativas, por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Entre outros elementos, este defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, dando margem à posterior inserção de setores tecnológicos no rol das indústrias criativas".

> Essas novas atividades econômicas deram a cidade um novo perfil. Hoje Laranjeiras possui um PIB *per capita* elevado (R$934.956,189 em 2008. De acordo com dados do IBGE) e sua prefeitura está na quinta posição de maior arrecadação no estado (principalmente por causa dos *royalties* da extração de minérios) (PML/SECULT – 2013/2022, 2012, p.11).

No contexto econômico local, uma "política cultural" entendida como "um conjunto de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde quer se chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos)" (BARBALHO, 2013, p.8) precisa ser discutida com os agentes socioculturais da cidade, que como protagonistas do próprio desenvolvimento produtivo conhecem suas necessidades, circulação e consumo. Nesse sentido, o incentivo à "Economia da Cultura":

> Oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas – da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento (REIS, 2009, p.23).

Em busca dessa maior organização e sistematização do desenvolvimento de uma economia que tenha por base a sociedade laranjeirense, foi fundada no ano de 2005 a Associação de Costureiras e Artesãs do município de Laranjeiras (ACA), localizada no povoado de Pedra Branca, a partir de iniciativa da antiga associação de moradores do local. Às vistas disso, sob a presidência de Irene Santos de Jesus:

> A condição de vida dessas mulheres melhorou significativamente não só no quesito financeiro, como também a elevação da autoestima destas trabalhadoras que agora gerenciam pesquisa, apresentam projetos e captam recursos para uma associação com porte de pequena empresa (TORRES, 2011, p.2).

A associação buscou também uma maior profissionalização a partir da busca de cursos e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em Sergipe. Após a mobilização de outras associações e de artesãos/artesãs – o que resultou na criação da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral – os produtos passaram a ser comercializados, dessa vez, em espaço adequado.

Entrevistas realizadas com os artesãos e artesãs da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral confirmam que o espaço foi elaborado para agregar o artesanato como um todo, com produtores associados e independentes (individuais), de múltiplas vertentes e não somente a COOPELAR-SE ou a ACA.

Entre as artesãs de renda encontram-se aquelas associadas à COOPELAR-SE, as independentes (não-associadas) que realizam seus trabalhos individualmente e as associadas que trabalham com artesãs que não participam da cooperativa. Um exemplo é dona Marinez, de 53 anos, artesã independente, que aprendeu a fazer a renda aos 26 anos. Relatou (informação verbal)[3] que aprendeu com dona Adélia, quando morava em Divina Pastora e disse que irá completar 4 anos que trabalha com renda em Laranjeiras.

Dona Nalva (informação verbal)[4], uma das primeiras artesãs de renda irlandesa na cidade, relatou que a Cooperativa foi formada há 4 anos, mas há também artesãs independentes que não são associadas à mesma. Informou ainda que a Cooperativa está na fase de mudança de presidente.

Também com relação a participação na Cooperativa de Artesãos, o escultor de madeira, Ademar Lima, diz (informação verbal)[5]:

> Aqui tem pessoas que são da Cooperativa e outras não. Eu não sou, sou individual, até porque pra mim a cooperativa não me oferece nada. Se eu fosse participar da cooperativa eu ia ter que dar 10% do que eu vendi. Não podem me conseguir uma matéria prima, não podem conseguir nada, então por isso nós somos individuais. [*sic*]

Figura 3 – Sede da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN)



Fonte: Foto J.C.M (2014).

3. MARINEZ. Entrevista I [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
4. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
5. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

Diferentemente do que aconteceu no município de Divina Pastora (SE), onde a Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora (ASDEREN), criada em 2000 através de apoio do Programa Artesanato Solidário, obteve apoio do poder público para seu estabelecimento no que viria a ser sua sede, no centro histórico da cidade, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral não se constitui como sede nem da ACA e nem da COOPELAR-SE.

Dentre as vantagens do associativismo em Cooperativas voltadas para a Economia da Cultura estão: o agrupamento da produção para facilitar a circulação e fluxo de vendas/consumo; o fortalecimento conjunto para garantir maior visibilidade à produção; o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para concorrer à Editais do Ministério da Cultura (MINC) e comercializar a produção em outros ambientes (nacionais e internacionais); as parcerias com SEBRAE para cursos de aperfeiçoamento. As desvantagens apontadas: a necessidade de contribuir com 10% do valor das vendas obtidas sem ter um retorno na aquisição de matérias-primas por um menor preço; o pagamento de impostos; o descompromisso de uma grande parte dos associados, sobrecarregando outros; a ausência de mais iniciativas de diálogo com o poder público; o distanciamento das universidades, que não veem pertinência para suas pesquisas nas Cooperativas, qualificando o artesanato como produção mercantilizada e não como arte.

Figura 4 – Casa do Artesanato de Laranjeiras Dep. José Monteiro Sobral



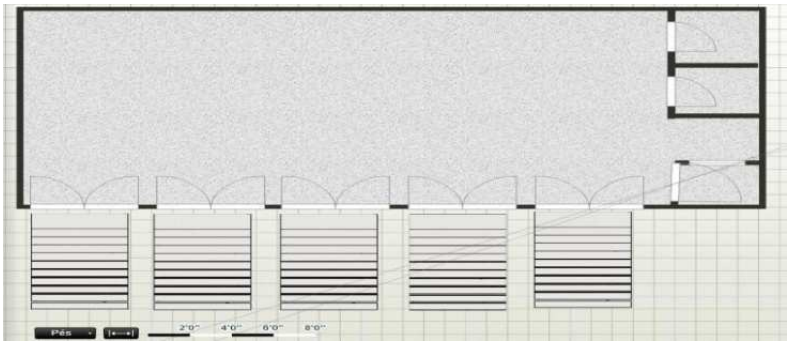
Fonte: http://www.sergipetradetour.com.br/conteudo.php?sb=6, Acesso em 02/03/2015.

É importante ressaltar o papel da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na qual os artesãos produzem e comercializam seus trabalhos em

uma edificação localizada de frente para a rodoviária da cidade, atraindo assim os olhares dos turistas na viabilização do consumo dos produtos. Mas como ressaltou o próprio Plano Municipal de Cultura (2013-2022) "[...] sua disponibilidade física já está perto do limite e muito em breve esgotará sua capacidade de abrigar novos artesãos. A ampliação dos pontos de distribuição e venda tornam-se assim um desafio a ser perseguido" (PML-SECULT-2013/2022, 2012, p.19).

Chama a atenção o nome escolhido, "José Monteiro Sobral", pois embora tenha sido um político que ao lado de sua esposa Ione Sobral incentivou o artesanato local, ele já fora homenageado em ruas e escolas da cidade, e assim, talvez fosse mais adequado batizar a Casa do Artesanato com o nome de algum artesão ou manifestação cultural imaterial de Laranjeiras. O nome de um político na Casa de Artesanato mais uma vez reforça o ideário do patrimonialismo e personalismo político no Nordeste.

Figura 5 – Planta Baixa da Casa do Artesanato José Monteiro



Fonte: Elaborada por J.C.M In: http://pt.homestyler.com/designer, 03/03/2015.

No que diz respeito aos aspectos estruturais, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral configura-se num prédio térreo, margeado pelo rio Cotinguiba, possuindo 4 cômodos distribuídos num amplo salão ocupado por várias mesas, cadeiras, cavaletes, estantes com portas de vidro, balcões e expositores para cada tipo de artesanato, dois banheiros (um feminino e outro masculino) e uma pequena cantina. As entradas principais constituídas por cinco portas duplas de madeira pintadas na cor verde oliva possuem escadas de 4 degraus, tendo uma rampa para acessibilidade na lateral da edificação para não descaracterizar a fachada do prédio histórico tombado pelo IPHAN.

Figuras 6 e 7 – Artesãs de renda irlandesa realizando seu ofício na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2015)

A entrevista com as artesãs de renda irlandesa foi realizada pela manhã, na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na cidade de Laranjeiras, em 05 de janeiro de 2015. Estavam presentes Marinez e Dona Ednalva.

Dona Ednalva, conhecida como "Nalva rendeira", afirmou (informação verbal)[6] que também aprendeu o ofício da renda com Dona Adélia em um curso dado no CAIC e depois passou a ensinar, substituindo a mestre que se aposentou, ministrando cursos como "Brasil criança cidadã", "Capacitação cidadã" e outros pela prefeitura de Aracaju. Afirmou a rendeira que a maioria das artesãs de Laranjeiras aprendeu com ela. Sobre a abertura da Casa de Artesanato disse:

> Foi ótimo. Aqui para o artesanato é um ponto excelente. Não tem o que criticar. É tanto que eu tinha uma loja lá e deixei para vir para aqui. Todo mundo que vai para o centro passa aqui na frente. A única dificuldade que a gente tem aqui é que não tem nome nenhum na frente indicando nada. Não tem o nome indicando que é o centro de Artesanato, que é um ponto de venda. Às vezes o pessoal passa, olha e vem perguntar o que é. Quanto ao resto o ponto é ótimo, vem turista.[7] [*sic*]

Dona Nalva e Marinez afirmam que as melhores épocas para a venda da renda irlandesa são durante o Encontro Cultural de Laranjeiras e a

6. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
7. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

apresentação do Lambe-sujo e Caboclinhos. Dona Nalva disse ainda que possui uma microempresa dedicada ao artesanato incluindo outras peças que não somente a renda irlandesa.

Sobre a relação com o poder público, dona Nalva informou (informação verbal)[8] que não pagam nada pelo espaço, que não recebem nenhum valor mensal, mas que a prefeitura fornece carro, que deve ser solicitado com antecedência, quando precisam ir às feiras expor e comercializar seus produtos.

Dona Nalva se inscreveu duas vezes para concorrer ao edital de Mestre do Patrimônio Vivo, na primeira não foi contemplada e na segunda houve o "engavetamento" do processo. A museóloga Hildênia Santos Oliveira (informação verbal)[9] – que auxiliou dona Nalva na primeira inscrição – acredita que em razão da comissão avaliadora ser formada predominantemente por "brincantes"[10], o direcionamento seja maior para a concessão do benefício aos mestres dos grupos folclóricos.

Figuras 8 e 9 – Catálogo de Produtos de Renda Irlandesa em Sergipe



Fonte: Fotos J.C.M (2015)

Segundo as rendeiras, a produção na cidade é antiga e de qualidade indisputável, no entanto, nunca foi tão divulgada quanto em Divina Pastora. Pela proximidade das cidades, muitas aprenderam com mulheres das regiões entre os municípios, sendo que a renda irlandesa de Divina Pastora obteve sua inclusão no Inventário de Bens Culturais do IPHAN e

8. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
9. OLIVEIRA, Hildênia Santos de. Entrevista III [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
10. "Brincantes" é a alcunha pela qual os participantes dos grupos folclóricos preferem ser chamados.

em 2012 a concessão de uma Indicação Geográfica (IG) com Indicação de Procedência (IP) pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Embora magoadas com a exclusão de Laranjeiras por parte do órgão patrimonial, a fala de Dona Nalva (informação verbal)[11] deixou muito claro que o problema maior foi o "selo de qualidade", pois é a IG (IP) que certifica a procedência e a qualidade dos produtos, agregando valor e credibilidade ao artesanato de Divina Pastora dentro dos pressupostos da Economia da Cultura.

> O selo IP certifica um produto de uma região que se tenha notabilizado como centro de produção de um determinado produto. [...] é necessário que haja uma clara ligação estabelecida entre o produto, o território e o talento do homem (o saber-fazer) (GUIMARÃES FILHO, 2014, p.43).

Em 2014 o IPHAN-SE publicou o "Catálogo de Produtos de Renda Irlandesa em Sergipe", com 40 páginas, nas quais constam um breve histórico do ofício escrito por Terezinha Alves de Oliva (Superintendente do IPHAN-SE) e Marina Zacchi, com fotografias das peças de renda apresentadas nas sessões: "Cama, Mesa e Banho", "Vestuário", "Acessórios", "Enxovais para Bebê", "Cartela de Cores do Lacê", "Renda Colorida", "Alguns tipos de pontos", "A Versatilidade da Renda" e "Contatos para comercialização". Esse material contou com a colaboração de distintos núcleos produtores da renda em Sergipe, à saber: a ASDEREN, a Pluriatividade Pastorense (APRIC), a COOPELAR, o Centro de Atividades e Desenvolvimento do Povoado Estiva (CADE) e a Associação de Renda Irlandesa, arte e talentos de Maruim (ARIATAM) (ZACCHI; CHAGAS; BARRETO, 2014).

Talvez a publicação do catálogo represente um *mea culpa* do IPHAN e uma tentativa de remediar a situação, contudo, a ausência de uma política da prefeitura municipal aliada ao SEBRAE-SE mantém a renda irlandesa de Laranjeiras à margem do INPI, quando bastaria uma capacitação, um relatório, o preenchimento de formulários específicos e o pagamento das taxas para a obtenção de uma IG para Laranjeiras, a exemplo de diversas regiões francesas que possuem cada uma sua IG correspondente.

11. NALVA. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

Figuras 10 e 11 – Produtos de Renda Irlandesa na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2015)

Antes de entrevistar o escultor Demar, uma visita inicial no final de 2014 já havia sido feita, sendo agendada a gravação de seu relato para janeiro de 2015 para que a pesquisa não fosse um obstáculo na produção do artesão, muito solicitado com encomendas nos meses de novembro e dezembro. Naquele momento já era possível ver suas peças e a procura de estudantes e pessoas interessadas no seu falar sobre sua arte.

Figuras 12 e 13 – Demar na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral





Fonte: Fotos J.C.M (2014)

A entrevista com o escultor Ademar Lima – "Demar", como é conhecido – foi realizada pela manhã, na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, na cidade de Laranjeiras, em 05 de janeiro de 2015. Aos 71 anos, moreno, com muita tenacidade e bem extrovertido, o artista é muito querido na cidade, no estado e fora dele.

Simpático, o artesão falou sobre o gosto de sua clientela por variedade e enquanto cedia a entrevista gravada em MP3, produzia suas peças em madeira. Falou (informação verbal)[12] de sua preferência em esculpir peças inteiras, sem remendos: "Eu pego um tronco bruto, tiro todo o excesso do que não é o personagem e isso a gente faz inteiro, sem emendar".

Relatou seu autodidatismo, sua impossibilidade de avançar nos estudos, sua curiosidade desde pequeno pelo ofício em madeira, sua busca pela melhoria das técnicas e das peças. Disse ele (informação verbal)[13]:

> Tem o fator de gostar de fazer, tem o fator de fazer pra vender, tem o fator de fazer porque as pessoas apreciam...elogios não enche barriga, mas você tá sempre fazendo o que gosta e o que o povo passa a gostar. [*sic*]

Demar contou (informação verbal)[14] que iniciou sua arte aos nove anos, mas ainda não sabia muito bem trabalhar nas peças, foi aprendendo, se cortando com a gilete e com o canivete com o qual sempre andava, mas sem perder a vontade de moldar os pedaços de madeira em obras de sua imaginação ou lembrança. Conta que uma de suas primeiras peças foi uma cabeça de São Francisco em madeira para sua avó.

Sobre a relação do escultor com a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral, reclamou da falta de comprometimento de outros artesãos do espaço:

> Nós temos esse espaço e tem dias que não tem ninguém para abrir, tem dias que tem seis ou sete pessoas. A chave fica conosco, mas muitos não querem a chave para não ter a obrigação de abrir. Mas quando chegamos aqui para as reuniões, ahhh...é mil maravilhas, cada um diz que vai abrir um dia tal, todos aderem na pauta das reuniões (informação verbal)[15]. [*sic*]

A respeito da atuação da prefeitura na Casa do Artesanato e as tensões com os artesãos, Demar afirmou (informação verbal)[16]:

12. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
13. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
14. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
15. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.
16. DEMAR. Entrevista II [jan.2015]. Entrevistador: J.C.M. Laranjeiras, 2015.

> Dona Ione, de todos políticos que já passaram foi a mais esforçada pelo artesanato, até porque ela gosta mais, por isso que ela fez esse espaço. Mas ficou faltando algo. Agora quando os turistas vêm aqui perguntam se temos ajuda do município e dizemos com a boca mole que "não", ora mas nós temos sim! Temos a ajuda de carros quando tem feiras, nossa única contribuição aqui para a manutenção do espaço é trazer um papel higiênico, um detergente e muitos não dão porque acham que é obrigação da prefeitura. Mas nós vendemos nossos produtos e o dinheiro todo fica conosco, nós não contribuímos com nada e a prefeitura paga a água e a luz daqui. Então a prefeitura contribui sim para nós. [*sic*]

A arte de Demar é assinada e diversificada, em madeira de cedro, mostrando tanto o seu perfil utilitário em peças pequenas (ímãs de geladeira, canetas) com menor preço na venda e maior saída no interesse da maioria dos visitantes (uma caneta custa entre R$15,00 e R$20,00) quanto sua arte como "Santeiro", com peças maiores, de elaborados detalhes e maior dificuldade no processo criativo (um São Jorge custa aproximadamente R$4.500,00), cujo fluxo de comercialização normalmente se destina às encomendas.

São as obras dedicadas à religiosidade católica que chamam mais a atenção, graças à arte-sacra figurativa cujos traços revelam em cada peça o movimento, originalidade distinta e enriquecida pela experiência do artesão com o passar dos anos. Há uma predileção do artesão em esculpir estátuas de São Jorge.

Figuras 14 e 15 – Demar esculpindo Santo Antônio e São Jorge já esculpido com artesão ao fundo.





Fonte: Foto Acervo Demar e Foto J.C.M (2015)

Demar parte quase sempre de um desenho a partir do qual produz suas peças. Possui o registro da maioria de suas peças em um álbum de fotografias impressas de máquinas analógicas. Sua preocupação com a conservação da memória de seus produtos coincide com o fato do artista ainda não possuir um catálogo oficial de suas esculturas, apesar de ter recebido o título e o benefício de Patrimônio Vivo de Laranjeiras/SE.

O Registro do Patrimônio Vivo é o reconhecimento da importância do saber tradicional e popular que os mestres e mestras transmitem de geração em geração. Contribui como um estímulo à preservação da cultura do Estado nas áreas de danças, folguedos, literatura oral e/ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras. O título, personificado em um certificado entregue em cerimônia pública, traz ainda um valor mensal de incentivo vitalício configurado em um salário mínimo e meio.

No Brasil, o Maranhão (MA), Piauí (PI), Acre (AC), Espírito Santo (ES), Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Bahia (BA), Alagoas (AL), Santa Catarina (SC), Paraíba (PB) são os Estados que possuem uma legislação específica relacionada ao patrimônio cultural imaterial (CAVALCANTI; FONSECA, 2008). Em Sergipe, a iniciativa do "Patrimônio Vivo" restringe-se à Prefeitura Municipal de Laranjeiras, não sendo uma ação do estado. Dos 9 estados da região Nordeste, 7 seguem o compasso da salvaguarda do patrimônio, enquanto grandes estados da região Sudeste como Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) permanecem ausentes, guiando-se apenas pela Constituição Federal de 1988. Observa-se que:

> Em termos de relações econômicas, a cultura passa a ser enxergada como fator econômico, em virtude do crescimento da importância das indústrias culturais nas sociedades contemporâneas. Insere-se também aqui o potencial que as atividades culturais, tais como produções artísticas e manifestações folclóricas, têm de promover inserção social e gerar emprego e renda. Essa nova centralidade econômica da cultura impõe aos poderes locais interessados no desenvolvimento uma nova agenda, que vá além das políticas tradicionais – e sempre importantes – de conservação do patrimônio, formação de plateias ou incentivo a eventos. No cerne desta nova agenda, está a economia criativa (SILVA, 2012, p.116).

Entre 2009 e 2013 foram realizadas três Conferências Municipais de Cultura na cidade de Laranjeiras, quando o governo estadual de Sergipe apenas iniciava os preparativos para sua primeira Conferência. Isso colocou a cidade na vanguarda dos demais municípios, tendo atraído pedidos de

auxílio, de todas as partes, para o desenvolvimento de processos similares que resultassem em planos de cultura como o promovido pelo então secretário de cultura Irineu Fontes e sua equipe. Assim, "toda reflexão sobre política cultural se refere, em última instância, ao exercício do poder e à tomada de decisões do Estado ou dos agentes culturais" (BOLÁN, 2006, p.19).

Dessas conferências participaram, além do secretário de cultura, membros do Conselho de Cultura (gestão 2010-2012) composto por representantes dos grupos folclóricos, do artesanato, das artes plásticas e cênicas, dos músicos, de literatos da cidade, de comunidades tradicionais, da religiosidade afro-brasileira, da religiosidade católica, da religiosidade protestante, da Indústria e do Comércio, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), do IPHAN-Superintendência de Sergipe, do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, da Câmara de Vereadores, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Finanças, da Secretaria Municipal de Planejamento, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Turismo, da Secretaria Municipal de Cultura, além de Consultoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo abertas ainda aos demais membros da sociedade.

Como resultado no Plano Municipal de Cultura (2012-2022) foram identificados os desafios e oportunidades, elaboradas diretrizes e prioridades, constituídos os objetivos, metas e ações; previsto o orçamento e pensadas as estratégias. As principais medidas planejadas e com incidência no artesanato local estão:

- Montar de forma estruturada um plano de desenvolvimento estratégico dos setores da economia criativa presentes no município;
- Revisar e ampliar a legislação municipal que organiza a gestão pública cultural;
- Fortalecer o lançamento de editais públicos de fomento como ferramenta na promoção de livre oportunidade e transparência no acesso a recursos públicos da cultura (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.32).

Ressalta-se ainda dentre as diretrizes e prioridades a busca por "viabilizar a estruturação de um arranjo produtivo a partir da cultura local, baseado em preceitos de economia criativa e auto sustentabilidade" (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.34).

Dentre os Objetivos, Metas e Ações destaca-se

> a intenção de ampliar recursos para a Lei dos Mestres [...]; instituir o Plano de Promoção do Artesanato Laranjeirense, em parceria com a Secretaria

> Municipal de Turismo (1. Espaços voltados à comercialização do artesanato local em pontos turísticos da capital, aeroportos e rodoviárias; 2) Regimento interno para os artesãos que utilizam o espaço da Casa do Artesanato; 3) Oficinas de aperfeiçoamento e capacitação sobre novas técnicas e materiais diferenciados; 4) Mediação de linhas de crédito especiais e de compras coletivas de matéria prima; 5) Impressão de dez mil folders em cinco modelos no formato A4 de três dobras) (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.35-40).

Nas Estratégias, temos também o comprometimento de "pelo menos 3% do orçamento municipal para o Fundo Municipal de Cultura". (PML/SECULT-2013/2022, 2012, p.49). Entretanto, como alertou Barbalho:

> A política cultural resulta das disputas e do jogo político no âmbito da cultura. A definição do "quê", "quem", "como" e "para quê" de uma política cultural depende das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico, seja um município, seja um estado, seja uma nação (BARBALHO, 2013, p.9).

A busca coletiva por instituir um Sistema Municipal de Cultura em Laranjeiras que resultasse em ações independentes de partidos políticos ou vontades individuais de cargos de poder foi suplantada nas últimas eleições para prefeitura, quando a nova gestão além de reduzir drasticamente o orçamento da Secretaria de Cultura, substituiu o secretário de cultura, deslocou a sede da secretaria para um lugar sem visibilidade e trata com descaso tanto o artesanato quanto as manifestações culturais dos folguedos. O caminho adiante, agora, é de estagnação e até mesmo um retrocesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Casa do Artesanato José Monteiro Sobral no município de Laranjeiras oportunizou aos artesãos um espaço para a criação e comercialização de seus produtos. O fato de não precisarem contribuir com nenhum percentual para a manutenção da Casa e com isso receberem o valor de suas vendas na integralidade atraiu muitos artesãos, tanto cooperativados como independentes. Aliado a isso, o incentivo da prefeitura na oferta de transporte para a exposição e vendas de suas peças em feiras dentro e fora do estado tem atuado na continuidade dos "modos de fazer" de rendas, esculturas em madeira, argila, costuras, bordados e outras artes que reproduzem a própria cultura local em sua materialidade e imaterialidade.

A Casa do Artesanato, porém, apresenta problemas evidentes, que embora não mencionados pelos entrevistados são perceptíveis, a começar pela falta de conforto para a produção artesanal e da inexistência de um projeto de iluminação e climatização do espaço. Nota-se ainda a ausência da implantação de sistemas eletrônicos com máquinas de venda à crédito (débito automático e cartão de crédito), o que facilitaria a comercialização de peças mais caras, tendo em vista a escassez de postos bancários no local[17]. Também não foi possível identificar sistemas de segurança, o que deixa os artesãos, que lidam com dinheiro em espécie, sujeitos a roubos, bem como invasões à noite. Além disso, a ausência de medidas anti-incêndio põe em cheque a segurança do local. Aliás, a presença de uma cantina no local já é preocupante. E a falta de sinalização que identifique a Casa do Artesanato em meio à tantos prédios históricos também compromete a visibilidade dos produtos, como apontado pelos próprios artesãos.

Apesar do artesanato laranjeirense ser um importante viés econômico da criatividade local e gerador da renda total ou complementar dos produtores, apenas a um deles foi concedido o título de "Mestre do Patrimônio Vivo" (Demar), o que representa um descaso com os demais diante da maior quantidade de mestres brincantes agraciados. E a própria inoperância da atual gestão municipal na manutenção da continuidade dos editais fere os princípios acordados no Plano Municipal de Cultura (2013-2022).

O desinteresse do poder público atual em instrumentalizar os artesãos para a obtenção da IG (IP) para a renda irlandesa e para a escultura em madeira, o redendê e outros acaba por emperrar uma maior eficiência na distribuição e consumo da produção artesanal.

A falta de novos investimentos na Casa do Artesanato José Monteiro Sobral e a consequente ausência de uma conservação preventiva da edificação (instalações elétricas, infiltrações e outros perigos) comprometem a qualidade da existência do espaço para os artesãos, bem como o interesse de novas gerações pelo ofício e salvaguarda do patrimônio imaterial.

Mas o imaginário de "débito" ou de "mecenato" com a prefeitura por parte dos artesãos retira destes o potencial de crítica e luta para ampliação

17. Em Laranjeiras há somente uma agência do Banco do Estado de Sergipe (BANESE) na praça da Igreja Matriz e uma Lotérica em uma rua paralela ao calçadão do centro histórico onde é possível fazer pagamentos e sacar valores de contas da Caixa Econômica e Banco do Brasil. Não existem, no entanto, agências de outros bancos e nem mesmo um caixa automático 24h.

e melhoria das conquistas obtidas frente o retrocesso político-cultural presente na nova gestão.

A movimentação do governo federal, a partir de 2009, para estimular estados e municípios na elaboração e aplicação dos planos nacional, municipais e estaduais de cultura, com abertura de editais, realização de eventos (Conferências, Oficinas) e publicação de Editais de fomento fez com que muitos artesões obtivessem espaços para produção e comercialização. Observa-se a importância do associativismo como instrumento de organização, instrumentalização e luta por direitos. No país, ainda há muitos artesãos que trabalham de forma isolada ou em grupos sem legitimidade jurídica (CNPJ) o que termina por dificultar o acesso a financiamentos governamentais ou investimentos privados.

Ainda temos uma realidade frustrante para o artesanato, uma vez que a maioria de seus produtores não consegue sobreviver somente deste e por conseguinte assume outras funções para garantir sua subsistência (são prestadores de serviços autônomos, funcionários públicos ou aposentados). Poucos conseguem montar suas microempresas, pois muitas vezes encontram dificuldades de adequação à legislação e normas postas pelo SEBRAE, por exemplo. Isso sem falar na própria complexidade das questões relacionadas aos impostos e contabilidade das vendas.

Ainda há uma relação dúbia com o poder público (ora visto como "eterno patrocinador" e outra como mantenedor de um "curral de votos"), bem como junto ao IPHAN (que tende a valorizar determinados artesanatos/artesãos em detrimento de outros, balizado por critérios de antiguidade na temporalidade e maior visibilidade do ofício (excluindo muitos produtores) e assim, dá-se um processo de conformismo com nichos de privilégio e enfraquecimento da própria categoria em sua união para conquista de direitos.

Estados como Pernambuco, Bahia, Alagoas e Ceará têm tentado resolver essas problemáticas através das universidades públicas, com projetos de extensão que se aproximam dos artesãos não somente para pesquisas teóricas, mas para informá-los e formá-los no campo da organização e inserção nos debates das Culturas Políticas, Economia da Cultura, Economia Criativa, Cidadania e Autonomia.

Não se devem pensar as ações no campo cultural como "doações", pois o mesmo se configura como uma arena política onde em momentos de crise econômica ou interesses particulares o setor é visto como despesa e não como investimento, sendo o primeiro a sofrer cortes. Por isso, a imobilidade dos artesãos frente esse quadro termina na maioria das vezes

por reinstituir antigas práticas clientelistas e excludentes. Abrir os olhos para essa realidade e pressionar o poder público para o desenvolvimento/investimento da Economia da Criativa é fundamental para garantir a autonomia e o empoderamento daqueles que devem ser os protagonistas: os produtores do artesanato.

Nesse jogo de tensões, conflitos e acomodações, a Casa do Artesanato José Monteiro Sobral segue assoreada como grande parte do rio Cotinguiba que lhe margeia.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. D. F. de. **Danças e Folguedos**. Iniciação ao folclore sergipano. Aracaju: Edição do Autor, 2003.

ANDRADE, M. do C.. Encontros Culturais de Laranjeiras. **Pesquisa Escolar Online**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 02 mar. 2015.

BARBALHO, A. **Política Cultural**. Salvador: Secretaria de Cultura do Governo da Bahia, 2013.

BARETA [Otoniel Amado]. **Prefeitura de Laranjeiras inaugura Casa do Artesanato**. 2011 Disponível em: <http://sitedobareta.com.br/municipios/prefeitura-de-laranjeiras-inaugura-casa-do-artesanato-07-01-2011/>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BOLÁN, E. N. **La política cultural**. Temas, problemas y oportunidades. Cidade do México: Conaculta, 2006.

CAVALCANTI, M. L. V. de C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas Estaduais; Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

GUIMARÃES FILHO, C. **Uma estratégia de inserção no mercado para produtos do Semiárido (Certificação de Indicação Geográfica)**. 2014. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/4_socioeconomia02v9n1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – Laranjeiras/SE.** 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280360>. Acesso em: 05 jul. 2014.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS (PML)/SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SECULT). **Plano Municipal de Cultura (2013-2022).** Laranjeiras: PML/SECULT, 2012.

PRINS, G. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: EDUNESP, 1992, p.163-198.

REIS, A. C. F. Economia da Cultura e Desenvolvimento – Estratégias Nacionais e Panorama Global. In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs.). **Economia da Cultura**. Idéias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009, pp.23-34.

SILVA, F. R. Mo. da. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista NAU Social** - V.3, N.4, p. 111-121, Maio/Out. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/188/178>. Acesso em: 03 mar. 2015.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado.** História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, D. A. Associação de Costureiras e Artesãs do Município de Laranjeiras: transformando a arte hereditária em fonte de renda. In: **Anais eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais:** Diversidades e (Des)Igualdades. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306615191_ARQUIVO_Artigoassociacao.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

VALIATI, L. Introdução à Economia – uma abordagem prática. In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs.) **Economia da Cultura**. Idéias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009. pp.43-52.

ZACCHI, M.. S.; CHAGAS, M. M.; BARRETO, R.. (Prods.). **Renda Irlandesa:** catálogo de produtos da Renda Irlandesa em Sergipe. Aracaju: Iphan-SE, 2014.